

Banco de Moçambique mantém a Taxa de Juro de Política Monetária

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM) decidiu manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 13,25%. Adicionalmente, o CPMO reduziu os coeficientes de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional de 11,50% para 10,50% e em moeda estrangeira de 34,50% para 11,50%. *Pág. 4*



FINANCIAMENTO VERDE

Uma alternativa para a transição global rumo ao desenvolvimento sustentável

Pág. 3



PREVENÇÃO COVID-19

Vacinados os colaboradores bancários e seus dependentes.

Pág. 5



REVISÃO DO ACT

Em curso a revisão do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), entre os bancos subscritores.

Pág. 5



Prime Rate do Sistema Financeiro Reduz 30 pontos bases

A Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano (PRSF), taxa única de referência para as operações de crédito de taxa de juro variável, a vigorar no mês de Outubro de 2021, registou uma redução de 30 pontos bases, de 18,9% para 18,6%, após ter mantido-se inalterada desde Abril do ano corrente.

Esta variação negativa foi impulsionada pela medida regulamentar do banco central que ditou a diminuição do coeficiente de reservas obrigatórias para passivos em moeda nacional, de 11,5% para 10,5%, impactando na redução do Prémio de Custo de 560 para 530 pontos bases. Lembrando, que o Prémio de custo é determinado trimestralmente, através de uma equação que tem como variáveis o *Rating* do País, Rácio de Crédito em Incumprimento, Rácio de Crédito Saneado e o Coeficiente de reservas obrigatórias para passivos em moeda nacional.

Por outro lado, contribuiu para redução da Prime Rate do Sistema Financeiro a política monetária menos restritiva do Banco Central, que assegurou a manutenção da Taxa de MIMO em 13,25%, decisão assente na perspectiva de inflação em um dígito, não obstante a prevalência de riscos e incertezas,

sobretudo os decorrentes dos impactos da Covid-19.

Importa realçar que, apesar de não ser um indicador para o cálculo do Prémio de custo, a diminuição do coeficiente de reservas obrigatórias para passivos em moeda estrangeira, de 34,5% para 11,5%, vai dotar os bancos comerciais de maior liquidez em moeda estrangeira e consequentemente melhores condições de financiamento da economia.

Com redução do Prime Rate do Sistema Financeiro espera-se uma queda das taxas de juro activas, estimulando deste modo o incremento da procura agregada através do aumento de investimento e consumo privado face as condições de financiamento favoráveis, aumento de emprego e produto nacional, maiores exportações e actividade de *trade finance* num cenário de retoma da procura externa,

reduzindo-se deste modo o défice da balança comercial.

Para as empresas e famílias, espera-se um alívio nos encargos financeiros para pagamento do serviço da dívida, perspectivando-se menores incumprimentos financeiros e imparidades no sistema bancário. Outrossim, o serviço da dívida do Estado, no que tange ao endividamento interno poderá abrandar, permitindo maior equilíbrio orçamental e redução do défice público.

Publicação do spread para Instituições de Microfinanças

No âmbito do Acordo para uniformização da base de cálculo (indexante) da taxa de juro no sistema bancário, a Associação Moçambicana de Bancos, em coordenação com o Banco de Moçambique, passa a publicar, além da Prime Rate do Sistema Financeiro e *spreads* dos bancos comerciais, os *spreads* e condições padronizadas das instituições que operam no segmento de microfinanças nas operações de crédito.

Ficha técnica

AMBNewsLetter:

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de bancos; Dispensa de Registo Nº. 03/GABINFO-DEC/2015; Setembro - 2021, Edição nº 28. Coordenador Editorial: Elísio Langa (Secretário-Geral da AMB) elanga@amb.co.mz, Análise Económica: Alfredo Magaia (Assessor Económico da AMB) amagaia@amb.co.mz; Redacção, Fotografia e Maquetização: Benjamim M. Chabualo (Assessor de Comunicação e Imagem da AMB) bmchabualo@amb.co.mz; Colaboração: Anastácia Rosária arosaria@amb.co.mz e Leonardo Guambe lguambe@amb.co.mz. Periodicidade: Trimestral. Distribuição: Gratuita.

Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: secgeral@amb.co.mz www.amb.co.mz

Rua da Imprensa P 33 Nº 415 Maputo - Moçambique



Durante o último trimestre foi publicada a seguinte legislação:

CIRCULARES

- **CIRCULAR Nº 05/EMO/2021, DE 5 DE AGOSTO.**
Cálculo das taxas de câmbio e de juro a prazo para derivados financeiros do mercado de balcão não compensados por uma contraparte central (OTC);
- **CIRCULAR Nº 06/EMO/2021, DE 14 DE SETEMBRO.** Taxa de incidência de Reservas Obrigatóris

COMUNICADOS

- COMUNICADO Nº 05/2021, de 10 de Setembro, TAXA DE JURO DE POLÍTICA MONETÁRIA 13,25%
- COMUNICADO Nº 05/2021, de 21 de Julho, TAXA DE JURO DE POLÍTICA MONETÁRIA 13,25%.

No último trimestre houve um debate virtual para analisar o impacto da Lei 20/2020, de 31 de Dezembro, Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (LICSF).

FINANCIAMENTO VERDE

Ecosistema de finanças verdes em Moçambique

No dia 11 de agosto de 2021 foi realizado um *workshop* de validação do roteiro de finanças verdes, promovido pela Financial Sector Deepening Moçambique (FSDMoç).

No *workshop*, foram apresentados aos participantes, para revisão e *feedback*, o roteiro de finanças verdes. Este roteiro foi desenvolvido para orientar a programação sobre as finanças verdes do FSDMoç e baseia-se numa avaliação rigorosa do panorama do sector financeiro e das finanças verdes em Moçambique.

Neste evento, foram apresentadas seis intervenções no âmbito do roteiro de financiamento verde pela FSDMoç, a saber: (i) Facilitar o desenvolvimento e a adopção de uma taxonomia financeira verde nacional; (ii) Apoiar o desenvolvimento de uma política nacional de finanças verdes e de uma estratégia de implementação; (iii) Apoiar e reforçar ministérios e autoridades reguladoras governamentais; (iv) Apoiar fortalecer actores do sector financeiro e partes interessadas do sector privado; (v) Apoiar e facilitar o

desenvolvimento de instrumentos financeiros verdes; e (vi) Co-criar e pilotar projectos verdes com instituições financeiras de desenvolvimento e outras partes interessadas relevantes.

Este evento foi moderado pela EED Advisory, a empresa de consultoria que elaborou o roteiro e a ToC, e contou com participação de vários especialistas de ministérios e



instituições relevantes do governo, órgãos reguladores, Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs), Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades do sector financeiro, entre outros.

Banco de Moçambique mantém em 13,25% a Taxa de Juro de Política Monetária

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM) decidiu manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 13,25% e adicionalmente, o CPMO decidiu reduzir os coeficientes de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional de 11,50% para 10,50%, e em moeda estrangeira de 34,50% para 11,50%. as decisões visam, respectivamente, a manutenção das perspectivas de inflação em um dígito, apesar da prevalência de riscos e incertezas elevados, sobretudo os decorrentes dos impactos da COVID-19 e disponibilizar mais liquidez para a economia.

Num comunicado de imprensa publicado a 10 de Setembro corrente, o CPMO descreve que os riscos e incertezas associados às projecções de inflação abrandaram, porém, mantêm-se elevados. A nível interno, destaca-se o abrandamento da instabilidade militar na zona norte do país e a prevalência de incertezas quanto ao prolongamento e magnitude do impacto da COVID-19 na economia, e quanto à dinâmica dos preços dos bens e serviços administrados. A nível externo, mantêm-se igualmente as incertezas em relação à evolução da pandemia, e acresce-se o risco associado aos constrangimentos das cadeias de fornecimento de bens e serviços, com potencial de limitar a oferta de produtos importados.

Mantêm-se as perspectivas de uma inflação de um dígito no curto e médio prazo. A inflação anual situou-se em 5,6% em Agosto, após 5,5% em Julho, num contexto de menor depreciação do Metical face ao Dólar norte-americano. A inflação subjacente, que exclui os preços dos bens e serviços administrados, e das frutas e vegetais, aumentou ligeiramente. Para o curto e médio prazo, prevê-se que a inflação se mantenha em um dígito, apesar das perspectivas de aumento



dos preços dos alimentos e do petróleo no mercado internacional.

Consolidam-se as perspectivas de recuperação gradual da economia em 2021 e 2022. O produto interno bruto cresceu em 2,0% no segundo trimestre de 2021, em virtude da recuperação de maior parte dos sectores de actividade económica. Para 2021 e 2022, antevê-se uma recuperação gradual da economia, impulsionada, sobretudo, pela procura externa. No entanto, o retorno ao crescimento económico robusto continuará a

exigir o aprofundamento de reformas estruturantes na economia, visando fortalecer as instituições, melhorar o ambiente de negócios, atrair investimentos e gerar emprego.

O Banco de Moçambique reafirma o seu compromisso com a preservação do valor do Metical, que se traduz numa inflação baixa e estável.

A próxima reunião ordinária do CPMO está agendada para o dia 17 de Novembro de 2021.

Inflação acelera 0,19% em Agosto de 2021

O País registou, em Agosto de 2021, uma inflação mensal de 0,19%. A inflação acumulada situou-se em 2,48% e a homóloga em 5,61%.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), tomando como referência dados recolhidos em Agosto findo, nas Cidades de Maputo, Beira e Nampula, quando comparados com os do mês anterior, indicam que o País registou uma inflação na ordem de 0,19%. As divisões de Alimentação e bebidas não alcoólicas e de Restaurantes, hotéis, cafés e similares, foram as de maior destaque, ao contribuírem no total da variação mensal com cerca de 0,09 e 0,06 pontos percentuais (pp) positivos, respectivamente.

Segundo a fonte, de Janeiro a Agosto do ano em curso, o País registou um aumento de preços na ordem de 2,48%. A divisão de Alimentação e bebidas não alcoólicas, foi a de maior destaque na tendência geral de subida de preços, ao contribuir com cerca de 1,03pp positivos.

Segundo o Banco de Moçambique Prespectiva-se um crescimento lento no segundo semestre de 2021

As medidas restritivas menos severas adoptadas no contexto da Covid-19 no II Trimestre de 2021 e o efeito base, ditaram a aceleração da actividade doméstica no período, num contexto de recuperação da procura externa. Entretanto, para o III trimestre, perspectiva-se um ténue crescimento, a reflectir as medidas restritivas para conter a terceira vaga da Covid-19, que vem sendo implementadas desde o início do trimestre, indica o Relatório da Conjuntura Económica e Prespectivas da Inflação divulgado pelo Banco de Moçambique em Setembro corrente.

De acordo com a análise do BM, constrangimentos na cadeia de fornecimento de bens e serviços, a nível mundial, reflectiram-se na ligeira aceleração dos preços em Agosto, perspectivando-se, ainda

assim, a manutenção de uma inflação de um dígito no curto e médio prazo.

Para 2021 e 2022 consolidam-se as perspectivas quanto à retoma do crescimento económico global. Em face da reabertura das economias associada aos avanços nos programas de vacinação contra a Covid-19, bem como da vigência de pacotes fiscais adicionais com vista a estimular a procura nas economias avançadas, consolidam-se as perspectivas de crescimento para 2021 e 2022.

Revisão do Acordo Colectivo de Trabalho

Está em curso a revisão do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), entre os bancos subscritores (Banco de Moçambique, BCI, BIM, Standard Bank e Absa) e o Sindicato Nacional dos Empregadores Bancários (SNEB).

Os bancos subscritores e o SNEB vinculam-se aos termos das cláusulas do ACT, tendo presente a legislação laboral e outras aplicáveis, mantendo um relacionamento harmonioso baseado na cooperação e no princípio de boa-fé, por forma a assegurar que todas partes interessadas tenham melhores resultados.

O primeiro ACT foi assinado no dia 15 de Dezembro de 2010, sendo necessários ajustamentos que reflectam as novas dinâmicas do sistema bancário.

Estudo sobre financiamento ao sector agrícola

Está em curso a elaboração de estudo sobre “Financiamento à Agricultura através dos Bancos Comerciais em Moçambique: Abordagens, Constrangimentos, Recomendações”, patrocinado pela organização alemã GIZ ProEcon.

Esta pesquisa tem como objectivo explorar experiências internacionais dos bancos em países com ambientes regulatórios e macroeconómicos similares a Moçambique que adoptaram medidas inovadoras para ultrapassar os desafios de financiamento ao sector agrícola, e propôr recomendações estratégicas que possam viabilizar o financiamento a este sector.

Definido como a base de desenvolvimento, a agricultura é um sector bastante importante em Moçambique que ocupa 70% da população rural e que contribua com 25% do PIB e a média de empréstimos bancários para este subsector é de cerca de 4%.

Associação de Mercados Financeiros de Moçambique (ACI Moçambique)

A ACI Moçambique realizou um encontro virtual de cortesia com a Associação Moçambicana de Bancos para apresentação da direcção eleita e o novo Presidente, discussão de linhas de possibilidade de cooperação entre as duas instituições, apresentação de modelo de registo de registos dos associados e solicitação da infra-estrutura física da AMB para estabelecimento da ACI.

A Associação Moçambicana de Bancos mostrou disponibilidade para apoiar em diversos domínios, sobretudo na divulgação de informação pertinente sobre ACI aos seus Associados e sistema financeiro no geral, inscrição dos *dealers* na ACI Moçambique, recepção e distribuição de correspondências, publicação de informação relevante no website da AMB, e artigos na Newsletter.

PREVENÇÃO COVID-19

Banca vacina seus colaboradores e dependentes

Decorreu em todos o país a vacinação dos colaboradores e seus dependentes, no âmbito dos esforços do Sector Bancário para prevenção e combate à Covid-19, no auge da terceira vaga da pandemia.



Trata-se duma iniciativa que resultou da contribuição de 315 empresas moçambicanas, incluindo os bancos, que garantiram aquisição de 500 mil doses de vacinas contra a covid-19, das quais 139 mil dozes foram doadas ao Ministério da Saúde.

O processo de vacinação iniciou no dia 05 de Julho de 2021 na Cidade de Maputo e 19 de Julho nas restantes capitais provinciais, com acompanhamento do *staff* do Ministério da Saúde, tendo abrangido um universo de 10mil pessoas.

AMB oferece revistas da Pesquisa sobre o Sector Bancário em Moçambique



A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) ofereceu, recentemente, às bibliotecas das instituições de ensino superior da Cidade e Província de Maputo, exemplares da **Pesquisa sobre o Sector Bancário em Moçambique, edição de 2020.**

Trata-se de uma publicação anual produzida em parceria com a KPMG Auditores e Consultores (KPMG) com objectivo de apresentar a todos interessados em conhecer, acompanhar e manter-se informado sobre o

comportamento dos principais indicadores agregados do sistema bancário em Moçambique.

Presidente da República enaltece o papel da Banca Comercial na expansão de Serviços Financeiros

O Presidente da República, Filipe Nyusi enalteceu os esforços da Banca Comercial na disponibilização de serviços financeiros formais ao nível do país e apelou para que continue a identificar postos administrativos e localidades com potencial para estabelecimento de mais agências ou agentes bancários.

O Presidente da República reconheceu, na sua recente visita à província de Tete que, apesar do aumento de instituições financeiras, o acesso aos serviços financeiros no país ainda continua limitado, sobretudo nas zonas rurais onde reside a maioria das populações percorre grandes distâncias para aceder a um ponto com acesso aos serviços financeiros formais.

Para tal, não obstante as adversidades que o país vive, o Governo quer assegurar que mais da metade da população tenha um ponto de acesso aos serviços financeiros formais até 2022 num raio de cinco quilómetros do local de trabalho ou residência.

Filipe Nyusi entende que é fundamental a

simplificação de regras ou condições exigidas na abertura de contas a par da literacia financeira, assim como da expansão de novos balcões do Banco Central o que cria maior compensação bancária para os bancos comerciais.

A bancarização do país acompanha a iniciativa presidencial “Um Distrito, Um Banco” lançada em 2016, com objectivo de conferir total cobertura bancária de todo o país.

Estima-se que, actualmente, estão cobertos pelos serviços bancários formais cerca de 84% de distritos em todo o país.



Governador do BM reúne com antigos governadores da instituição



Da esquerda para direita:

Ernesto Gove, Eneas Comiche, Prakash Ratilal, Rogério Zandamela, Sérgio Vieira e Adriano Maleiane

O Governador do Banco de Moçambique, Rogério Lucas Zandamela, manteve, no passado dia 31 de Julho, um encontro com os antigos Governadores da instituição e as respectivas esposas.

Entre as várias matérias abordadas, destacam-se os desafios da inclusão financeira em Moçambique, os modelos de comunicação do Banco de Moçambique, as dinâmicas das taxas de juro, a criação de um banco de desenvolvimento, e a necessidade de olhar para o país a longo prazo, tendo sempre presente a necessidade de "moçambicanizar a economia" como forma de empoderamento individual e social.

Chimoio inaugura a Praça do Metical

Para contribuir na valorização da moeda nacional, o Metical e assegurar que as gerações actuais e futuras conheçam e preservem os símbolos históricos e de identidade nacional, foi inaugurada no dia 11 de Agosto último, na Cidade de Chimoio a Praça do Metical.

Trata-se da segunda do país, depois da Inhambane que concretiza o compromisso do banco de Moçambique em implantar praças do Metical em todas as capitais provinciais.

Circundada por outros monumentos revestidos de um elevado simbolismo histórico-cultural, a praça vai contribuir para que os munícipes da Cidade de Chimoio usufruam dum espaço de lazer equipado com bancos de repouso, postes, candeeiros de iluminação e espaços verdes, como um dos novos ícones da cidade.



João Ferreira, Presidente do Município de Chimoio (à esquerda) e Rogério Zandamela, Governador do Banco de Moçambique (à direita)

Rogério Lucas Zandamela reconduzido ao cargo de Governador do Banco de Moçambique

O Presidente da República, Filipe Nyusi, reconduziu no dia 01 de Setembro corrente, Rogério Lucas Zandamela, para o cargo de Governador do Banco de Moçambique (BM).

Nomeado pela primeira vez em Agosto de 2016, Rogério Zandamela, sétimo titular do BM, cumpre um segundo mandato até 2026 depois de Alberto Cassimo (1975 - 1978), Sérgio Vieira (1978 - 1981), Prakash Ratilal (1981 - 1986), Eneas Comiche (1986 - 1991), Adriano Maleiane (1991 - 2006) e Ernesto Gove (2006 - 2016).

